**Legislação relacionada ao modelo de negócio**

* **Lei 14.300/2022 – Marco Legal da Micro e Minigeração Distribuída**
  + Regras para instalação, conexão e compensação de créditos de energia; fundamenta a operação da usina fotovoltaica e o consórcio de geração compartilhada.
* **Resolução Normativa ANEEL 1.000/2021**
  + Estabelece direitos e deveres do consumidor de energia; define requisitos de conexão e atendimento para micro e minigeração.
* **Resolução Normativa ANEEL 414/2010**
  + Normas de fornecimento de energia elétrica; aborda registro de unidades consumidoras e faturamento, impactando o rateio dos créditos entre consorciados.
* **Resoluções ANEEL 482/2012 e 687/2015**
  + Textos históricos que deram origem ao regime de compensação de geração distribuída; úteis para interpretar dispositivos ainda aplicáveis até a plena vigência do marco legal.
* **Lei 11.795/2008 – Lei dos Consórcios**
  + Disciplina a formação, administração e responsabilidades em consórcios; base jurídica para o regulamento do consórcio entre sindicato e sindicalizados.
* **Circular BACEN 3.432/2009 e atualizações**
  + Normas complementares à Lei dos Consórcios: requisitos de constituição, fiscalização e prestação de contas pela administradora.
* **Código Civil (Lei 10.406/2002)**
  + Regras gerais de contratos, locação de bens móveis e prestação de serviços; baliza os contratos entre Ag2↔Ag3 e Ag3↔Ag4.
* **Lei 8.245/1991 – Lei do Inquilinato**
  + Aplicável se a locação envolver imóveis (por exemplo, terreno ou área para instalação da usina).
* **Lei 10.820/2003 e Decreto 4.840/2003**
  + Regulam o desconto de obrigações em folha de pagamento; garantem a legalidade do repasse direto ao investidor.
* **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei 5.452/1943)**
  + Autoriza e disciplina a retenção salarial mediante concordância do empregado; trata da participação sindical e do repasse via folha.
* **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018)**
  + Estabelece regras para coleta, armazenamento e uso de dados pessoais de consorciados e demais agentes.
* **Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei 8.078/1990)**
  + Direitos e deveres nas relações de consumo; aplica-se à oferta de cotas e serviços aos sindicalizados.
* **Lei 9.784/1999 e Resolução CONAMA 237/1997**
  + Procedimentos administrativos e licenciamento ambiental; necessários para a implantação e operação da usina fotovoltaica.
* **Legislação tributária correlata (ICMS, PIS/COFINS, ISS)**
  + Incidência de tributos sobre geração, venda de energia e prestação de serviços; afeta a composição de preços e margens.

Essas normas cobrem os principais pontos do modelo: geração e compensação de energia, constituição e administração do consórcio, contratos de locação e adesão, mecanismos de desconto em folha, proteção de dados, relações de consumo e obrigações ambientais e tributárias.